

PROCESSO TCE Nº 22.158.2016-70
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre-SEMA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: Carlos Edegard de Deus
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.384/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Regular com Ressalva. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Notificação. Valor de pequena monta. Dar Ciência. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com fulcro no Art. 51, inciso II, da LCE/TCE/AC nº 38/1993, considerando **Regular com Ressalva** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre- SEMA, referente ao exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor **Carlos Edegard de Deus**, Secretário da SEMA, à época, valendo como ressalva: **a)** pequena diferença (R\$ 1.309,04), nos valores apurados nos extratos e na conciliação bancária, com o que foi informado no Balanço Financeiro; **b)** aditamento de contrato findo, adotando retroatividade de data para manutenção do pacto (descumprimento da Lei Federal 8.666/1993, artigo 2º); **c)** falta de autorização para consulta das movimentações das contas bancárias da SEMA; **d)** descumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, que estabelece a obrigatoriedade de designação de fiscais para a execução dos contratos, e; **e)** parecer tardio do Controle Interno sobre as contas da entidade, conforme determina

o item XVII, do Anexo II da Resolução TCE/AC nº 087/2013; f) pela notificação do atual Secretário da SEMA, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela DAFO/1ª IGCE, a fim de que promova as correções cabíveis, caso ainda persistam, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade legal; g) Deixo de aplicar a devolução do valor R\$ 1.309,04, por considerar de pequena monta e em observância ao princípio da insignificância ainda com fundamentação em decisão semelhante desta Corte de Contas contida no Acórdão nº 9.041/2014-Plenário/TCE; h) Pela cientificação ao Governador do Estado e ao Presidente da ALEAC para tomar conhecimento do teor desta decisão; i) Dar ciência ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência de Tecnologia do Acre do resultado desta decisão, e; j) Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos.

Rio Branco-Acre, 13 de julho de 2017

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Presidente do TCE/AC, interino

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

Mario Sérgio Neri de Oliveira

Procurador – Chefe do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 22.158.2016-70
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre-SEMA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: Carlos Edegard de Deus
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) Cuidam os autos da Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre – SEMA, exercício de 2015, de responsabilidade do Senhor **Carlos Edegard de Deus**, tendo o Senhor José Oliveira de Carvalho, responsável pela contabilidade da SEMA. A documentação¹ foi protocolada neste Tribunal mediante registro eletrônico do dia 17 de maio de 2016, conforme verificado no sistema de Análise e Gestão de Relatórios (fl. 09). O envio está **dentro** do prazo estabelecido no art. 2º, parágrafo 2º, II, da Resolução TCE-AC nº 087/2013.

2) A análise técnica preliminar procedida pela DAFO/1ª IGCE, fls. 117/136, apurou os seguintes resultados:

a) **O Rol dos Responsáveis** (fl. 06) atende o art. 8º da Resolução TCE/AC nº 87/2013. O Profissional da área Contábil acima citado está devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº 000020/0-1, estando em conformidade com o art. 10, parágrafo 1º da Resolução TCE/AC nº 87/2013 e art. 20, parágrafo 2º da Resolução CFC nº 1.370/2011.

b) **O Orçamento Anual para 2015**, aprovado pela Lei Orçamentária nº 2.882, de 10 de dezembro de 2014, estimou a receita e fixou a despesa da Unidade Gestora em **R\$ 11.039.728,77**. No decorrer do exercício o orçamento inicial foi alterado, para **R\$ 22.259.350,82**, por meio de créditos adicionais e

¹ A presente Prestação de Contas contém 01 volume e 01 Anexo
Processo nº 22.158.2016-70 Acórdão nº 10.384/2017

anulações (fls. 118 a 119), uma variação de 201,63%. Identifica-se que não houve um bom planejamento na execução orçamentária. **Destaque:** O Balanço Orçamentário (fls. 21/22) apresenta um **déficit** no valor de R\$ 5.682.286,60, representado pela diferença a menor entre as receitas realizadas (R\$ 0,00) e as despesas empenhadas de R\$ 5.682.286,60. No entanto, verifica-se que houve uma movimentação no Balanço Financeiro (transferências financeiras recebidas), relacionada à execução do orçamento no valor total de R\$ 5.686.744,42 (fl. 23), o qual foi suficiente para cobrir o déficit orçamentário em referência.

c) O Balanço Financeiro apresenta o saldo do exercício anterior (2014) da ordem de **R\$ 1.709.906,25**. Para o exercício seguinte está contabilizado o valor de R\$ 1.431.694,81 (fl. 23). Entretanto, cabe destacar que ao confrontar o valor de R\$ 242.502,67 (saldo em contas), com a divergência encontrada no valor de R\$ 241.193,09, ainda resta uma diferença a comprovar de **R\$ 1.309,04** (fls. 162 a 164).

d) Com relação ao Resultado Patrimonial do exercício, apurado por meio das Variações Ativas com as Variações Passivas, evidenciou um resultado de R\$ 6.596.769,45 (fl. 24). O Patrimônio Líquido apurado foi da ordem de **R\$ 16.118.877,41**. A análise da 1ª IGCE constatou o atendimento ao item XIV, do Anexo II, do Manual de Referência – 2ª Edição, da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

e) Autorização para Consultar a Movimentação das Contas Bancárias o gestor apresentou uma declaração de suposta autorização para o acesso da movimentação bancária (Doc. 09-Anexos PCA), portanto, a 1ª IGCE considerou não atendida a exigência contida no item III, do Anexo II, do Manual de Referência – 2ª Edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

f) Parecer do Controle Interno em cumprimento ao item XVI, do Anexo II do Manual de Referência-2ª Edição, da Resolução TCE/AC nº 087/2013, foi

enviado o referido Parecer, emitido pelo Controle Interno, entretanto, a 1ª IGCE constatou Parecer tardio das contas da SEMA e ausência de certidão de auditoria, em descumprimento ao mesmo diploma legal.

g) Em Relação a Licitações e Contratos foi verificado pela 1ª IGCE, formulação de Termos Aditivos com data retroativa para atender a contratos com a vigência encerrada o que contraria a Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 2º, c/c com o artigo 3º da mesma Lei, por configurar recontratação sem licitação.

h) Demonstrativos de Recursos Concedidos, segundo a 1ª IGCE foi enviado o Demonstrativo dos recursos concedidos pela SEMA durante o exercício de 2015, em cumprimento às disposições contidas na Resolução TCE/AC nº 087/2013, o qual informa que firmou apenas um Termo de Convênio nº 001/2014 com a Cooperfloresta². Diligenciado pela DAFO/1ª IGCE constatou-se que o referido Convênio foi firmado com a SEDENS³ e que a SEMA, por meio do Sistema Safira pagou somente os meses de novembro de dezembro de 2015, os demais meses relativos ao referido Convênio são de competência da SEDENS⁴. A 1ª IGCE afirma que não foi possível identificar se as notas fiscais emitidas (91/116) estavam contempladas no Plano de Gestão, no entanto, as mesmas foram emitidas em nome da Cooperativa conveniada e que possivelmente estão relacionadas com o objeto pactuado (fl. 129/130).

i) Demais Ocorrências, o gestor apresentou “**Nada Consta**” para os Demonstrativos (VIII; X; XI); em cumprimento a Resolução TCEAC nº 087/2013.

² Cooperativa dos Produtores Florestais

³ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis

⁴ A Lei Estadual nº 300, de 9 de julho de 2015, transferiu a responsabilidade pela execução do Convênio para a SEMA

3) Regularmente citado o Senhor **Carlos Edegard de Deus**, Secretário da SEMA, à época, aproveitou a oportunidade de defesa, de forma **tempestivamente**, às folhas 148 a 158, dos autos.

4) **Instada** a se manifestar sobre a defesa juntada aos autos, a 1ª IGCE emitiu o Relatório Técnico Conclusivo de fls. 162/174, no qual concluiu que as justificativas e os documentos apresentados superaram parcialmente as irregularidades e falhas cometidas.

5) O Ministério Público de Contas manifestou-se junto a este Tribunal em pronunciamento da lavra do ilustre Senhor Procurador Sérgio Cunha Mendonça (fls. 179 a 180).

6) Na forma regimental, os autos foram redistribuídos, 31 de março de 2017.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 10 de julho de 2017.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

Relatora

PROCESSO TCE N° 22.158.2016-70
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre-SEMA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: Carlos Edegard de Deus
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

**O EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA
(Relatora):**

Com base no que foi apurado pela DAFO/1ª IGCE e de tudo que consta nos autos descrevo abaixo as seguintes restrições e recomendações:

- a)** pequena diferença (R\$ 1.309,04), nos valores apurados nos extratos e na conciliação bancária, com o que foi informado no Balanço Financeiro;
- b)** aditamento de contrato findo, adotando retroatividade de data para manutenção do pacto (descumprimento da Lei Federal 8.666/1993, artigo 2º);
- c)** falta de autorização para consulta das movimentações das contas bancárias da SEMA;
- d)** descumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, que estabelece a obrigatoriedade de designação de fiscais para a execução dos contratos, e;
- e)** parecer tardio do Controle Interno sobre as contas da entidade, conforme determina o item XVII, do Anexo II da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

Em face do acima exposto, **voto**:

- 1) Pela **emissão de Acórdão**, com fundamento no inciso II, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **Regular com ressalva** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre - SEMA, exercício de 2015 de responsabilidade do Senhor Carlos Edegard de Deus (Secretário), à época, **valendo como ressalva** as falhas acima descritas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”.
- 2) Pela **notificação** do atual Secretário da SEMA, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela DAFO/1ªIGCE, a fim de que promova as correções cabíveis, caso ainda persistam, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade legal.
- 3) Deixo de aplicar a devolução do valor de R\$ 1.309,04 por considerar de pequena monta e em observância ao princípio da insignificância e ainda com fundamentação em decisão semelhante desta Corte de Contas contida no Acórdão nº 9.041/2014-Plenário/TCE.
- 4) Pela **cientificação** ao Governador do Estado do Acre e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para tomar conhecimento do teor desta decisão.
- 5) Dar ciência ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Acre do resultado desta decisão.

- 6) Após as formalidades de estilo, pelo o arquivamento dos autos.
- 7) **É como VOTO.**

Rio Branco – Acre, 13 de julho de 2017.

Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia
Relatora

PROCESSO TCE N° 22.158.2016-70
ENTIDADE: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre-SEMA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Acre, exercício de 2015
RESPONSÁVEL: Carlos Edegard de Deus
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.290ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de julho do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antonio Jorge Malheiro, Antonio Cristovão Correia de Messias**, a Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza** e como Representante do Ministério Público de Contas, o Procurador-Chefe Doutor **Mario Sérgio Neri de Oliveira. Ausente**, justificadamente, o Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro. Decisão:** O Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**” (fl. 182).

Rio Branco-Acre, 28 de julho de 2017.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora